

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.768 - MG (2019/0244146-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE : **TRANVALENTE LOGISTICA LIMIDADA EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **RONAN SARAIVA FRANCO AMARAL - MG107157**
 : **BRAULIO FERREIRA DUTRA - MG152124**
 : **JOAO ANDRE DA SILVA NETO - MG180233**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE VESPASIANO - MG**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO - MG**
INTERES. : **LUCIANO NATAL DE ALMEIDA**
ADVOGADO : **LEANDRO VIEGAS DO NASCIMENTO - MG106293**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. ATOS EXECUTÓRIOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005.

1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes.
2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da recuperação judicial.

DECISÃO

1. Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, suscitado por Transvalente Logística Limitada - em Recuperação Judicial, em que aponta como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG - Juízo da recuperação - e o Juízo da Vara da 1ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG, perante o qual tramita reclamação trabalhista ajuizada em desfavor da suscitante e CRBS (Proc. nº ATSum 0010074-44.2019.5.03.0033).

Afirma a suscitante ter ajuizado pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG em 13/02/2015. Por sua vez, o plano de recuperação apresentado foi homologado aos 16/5/2017 (fls. 28-39).

Informa, contudo, que o Juízo laboral, no âmbito da execução trabalhista supraindicada, determinou o redirecionamento da execução em face da segunda executada, a saber, CRBS/SA (incorporada pela AMBEV/SA), condenada subsidiariamente,

circunstância ***"que acabará atingindo diretamente o patrimônio da Recuperanda, tendo em vista a estipulação contratual que possibilita a retenção de valores decorrentes de ações trabalhistas"***.

No ponto, esclarece a suscitante que o contrato de prestação de serviços entre a suscitante e a Ambev ***"prevê nas cláusulas 5.6 (F, G, H e I) a determinação do bloqueio dos recebíveis em face de uma provável perda da 2ª Reclamada em processos trabalhistas já na fase de execução"***, e, em tais circunstâncias, ***"ressalta-se, em claro e inequívoco conflito de competência com as decisões proferidas no pleito de Recuperação Judicial ajuizado pela Suscitante, CUJA COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE ATOS EXPROPRIATÓRIOS E DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL É ABSOLUTA. Tudo conforme entendimento consolidado pelo Conspícuo Superior Tribunal de Justiça"***.

Neste sentido, requereu a concessão da liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pela Justiça do Trabalho; que lhe seja vedada a promoção de atos de constrição de bens e valores que afetem de modo direto ou indireto o patrimônio da recuperanda até o julgamento deste conflito; e a designação do juízo da recuperação para deliberar sobre atos urgentes a qual foi deferida às fls. 67-70.

Informações do Juízo laboral às fls. 81-86.

Parecer do Ministério Público, às fls. 89-94, opinando pela competência do Juízo da recuperação, *in verbis*:

- Conflito positivo de competência.
- Com a edição da Lei nº 11.101/2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor. Precedentes do STJ.
- Parecer, preliminarmente, pelo conhecimento do conflito positivo de competência, para que, no mérito, seja declarado competente o MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Vespasiano – MG.

É o relatório. Decido.

2. No caso, o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG em 13/02/2015, tendo sido aprovado o plano de recuperação judicial em 16/5/2017 (fls. 28-39).

Contudo, o segundo Juízo suscitado, determinou o redirecionamento da execução em face da segunda executada, CRBS S/A., condenada subsidiariamente, *in verbis* (fl. 27):

Deferido o processamento da recuperação judicial da 1ª executada, entende este Juízo que a execução deve se direcionar, de imediato, contra o devedor subsidiário, visto que a sua responsabilização tem por finalidade exatamente garantir o crédito do trabalhador, de natureza alimentar, de forma mais célere.

E não há que se falar em benefício de ordem, exigindo-se que os créditos

dos exequentes sejam habilitados no Juízo Universal, pois o devedor subsidiário igualmente é parte da lide e, como tal, deve responder, porquanto a condição da devedora principal já revela a incapacidade da empresa de saldar suas dívidas.

Assim, determina-se a citação da 2a executada para efetuar o pagamento do débito, no prazo de 48 horas, sob pena de execução.

Nesse sentido, tal circunstância acabará atingindo diretamente o patrimônio da Recuperanda, tendo em vista a estipulação contratual que possibilita a retenção de valores decorrentes de ações trabalhistas.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945, ou da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo Juízo universal.

Nessa linha de raciocínio, via de regra, não se verifica a possibilidade de prosseguimento automático das execuções individuais posteriormente ao processamento e, por conseguinte, à aprovação do plano de recuperação judicial, de modo que é atribuída exclusividade ao Juízo universal, onde se processa a recuperação, para a prática de atos de execução do patrimônio da sociedade recuperanda.

A razão de ser da supremacia dessa regra de competência é a concentração, no Juízo da recuperação judicial, de todas as decisões que envolvam o patrimônio da recuperanda, a fim de não comprometer a tentativa de mantê-la em funcionamento.

Dessarte, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizada pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação dos bens da empresa recuperanda.

Nesse sentido, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.

2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC 144.592/SP, Segunda Seção, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 3.11.2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE

COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA ARREMATANTE DA UNIDADE PRODUTIVA DA VARIG S/A EM FACE DE JUÍZOS DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. **A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.**

2. O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei n.º 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

3. Competência do Juízo da Direito da 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, para o prosseguimentos das execuções trabalhistas.

4. Agravo regimental desprovido. (RCD no CC 137.886/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, DJe 24.8.2015, grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR PARA DETERMINAR QUE, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL, O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO ABSTENHA-SE DE PRATICAR ATOS EXECUTÓRIOS QUE IMPORTEM NA CONSTRIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE BENS DA EMPRESA SUSCITANTE E DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR, EM CARÁTER PROVISÓRIO, AS MEDIDAS URGENTES. CONFLITO EM QUE SE DISCUTE A DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE EMPRESA SOB RECUPERAÇÃO. COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. PRECEDENTES. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL, DEVENDO-SE, TODAVIA, SUBMETER A PRETENSÃO CONSTRITIVA DIRECIONADA AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL AO JUÍZO UNIVERSAL. ENTENDIMENTO PERFILHADO PELA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE DE JUSTIÇA. EXEGESE QUE NÃO ENSEJA INFRINGÊNCIA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Considerando que a controvérsia gira em torno da destinação do patrimônio de empresa sob recuperação judicial, e não sobre a definição da competência para o processamento de execução fiscal, o conflito deve ser processado e julgado pela Segunda Seção, nos termos do art. 9º, § 2º, IX, do RISTJ. Precedentes.

2. De acordo com o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito da Segunda Seção desta Corte de Justiça, embora o deferimento do processamento da recuperação judicial não tenha, por si só, o condão de suspender as execuções fiscais, na dicção do art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/05, **a pretensão constritiva direcionada ao patrimônio da empresa em recuperação judicial deve, sim, ser submetida à**

análise do juízo universal, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

3. A exegese ora adotada de modo algum encerra violação ao Princípio da Reserva de Plenário, previsto no art. 97 da Constituição Federal, notadamente porque não se procedeu à declaração de inconstitucionalidade, mas sim à interpretação sistemática dos dispositivos legais sobre a matéria. Precedentes da Segunda Seção do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no CC 136.040/GO, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 19.5.2015, grifou-se)

Por fim, cabe ressaltar que, na espécie, a constrição do patrimônio da recuperanda é passível de ocorrer indiretamente, devido à cláusula do contrato de prestação de serviços celebrado entre a empresa recuperanda e a devedora subsidiária, que prevê a retenção de crédito nas faturas a serem pagas à suscitante na hipótese de redirecionamento de execução trabalhista contra a devedora subsidiária, de modo que compete ao Juízo recuperacional a apreciação de quaisquer medidas constritivas a serem tomadas contra a empresa.

3. Ante o exposto, conheço do conflito, a fim de declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG, para apreciar todos os atos constritivos referentes ao patrimônio da recuperanda, devendo ser anulados os atos de constrição determinados pelo Juízo laboral.

Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator